

Entretanto relata a consumidora de que até o presente momento não recebeu nenhum produto, relata a mesma de que tentou entrar em contato diversas vezes questionando a não entrega, mas a fornecedora apenas enviava desculpas e não cumpria com o acordado.

Após todo o transtorno a consumidora entrou em contato solicitando o ressarcimento, a fornecedora ROYAL DESIGN informava de que seria efetuado o ressarcimento, mas até o presente momento a consumidora não recebeu nenhum valor, mesmo após diversas tentativas de contato, vale ressaltar de que a consumidora tentou realizar o cancelamento das parcelas através da fornecedora CAIXA ECONÔMICA, foi informada de que entrariam em contato com a consumidora, mas até o presente momento nada foi resolvido.

Diante ao relato acima, vem a consumidora solicitar intermediação através deste órgão protetivo para pleitear sua demanda.

Pedido:

Ao exposto, requer-se:

*I - Que a fornecedora realize o ressarcimento integral dos valores, tendo em vista de que os produtos não foram entregues a consumidora.” e que, por este Edital fica **NOTIFICADO** para o prazo de **10 (dez) dias** apresentar defesa, advertindo-se que não sendo impugnado o feito no prazo, incorrerá em revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que está sendo publicado no Jornal Oficial do Município de Londrina.*

Eu, Thiago Ricardo Elias, que fiz digitar e subscrevo.

Londrina, 01 de agosto de 2024.

THIAGO RICARDO ELIAS

Assessor Técnico Administrativo

PROCON – LD

EDITAL nº 187/2024 – PROCON-LD

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - IMPUGNAÇÃO

PROCON-LONDRINA, sito à Rua Piauí, nº 1.117, Centro, nesta cidade, através de seu Diretor Executivo, Thiago Mota Romero, com fundamento no Artigo 42, Parágrafo 2º do Decreto nº 2.181/97, faz saber perante esse órgão, tramita Processo Administrativo nº 183/2024, referente ao Auto de Infração nº 177/2024, tendo como Fornecedor **PSN CONSULTORIA TURISTICA LTDA (VIAGGI CONSULTORIA TURISTICA)**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 19.643.982/0001-68, por infração ao disposto nos Art. 6º, incisos IV e VI; art. 30; art. 35, inciso III; e art. 48 – todos da Lei Federal nº 8.078/1990 e que por este Edital fica **NOTIFICADO** para no prazo de **10 (dez) dias** apresentar **IMPUGNAÇÃO**, advertindo-se que não sendo impugnado o feito no prazo, incorrerá em revelia e confissão.

E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que está sendo publicado no Jornal Oficial do Município de Londrina.

Londrina, 01 de agosto de 2024.

Eu, Thiago Ricardo Elias, que fiz digitar e subscrevo.

THIAGO RICARDO ELIAS

Assessor Técnico Administrativo

PROCON-LD

DECISÃO Nº 173, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Processo Administrativo nº 201/2019

Fornecedor/Representado: BANCO ITAU

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 193/2019, julgo **INSUBSISTENTE** o processo administrativo.

Intime-se o representado para ciência da presente decisão. Publique-se.

THIAGO MOTA ROMERO

Diretor Executivo

PROCON-LD

DECISÃO Nº 188, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Processo Administrativo nº 205/2019

Fornecedor/Representado: PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S/A CRED FIN E INVESTIMENTO (PERNAMBUCANAS FINANCIADORA)

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 197/2019, julgo **INSUBSISTENTE** o processo administrativo.

Intime-se o representado para ciência da presente decisão. Publique-se.

THIAGO MOTA ROMERO

Diretor Executivo

PROCON-LD

DECISÃO Nº 162, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Processo Administrativo nº 206/2019

Fornecedor/Representado: BANCO ITAU S/A

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.

Em acolhimento às razões fáticas e técnicas consubstanciadas no Auto de Infração nº 198/2019, adotando-as como motivação, aplico ao representado multa no valor de R\$ 13.125,00 (treze mil e cento e vinte e cinco reais), conforme Art.56, inc. I e Art.57 ambos da Lei Federal 8.078/1990 devendo o valor ser recolhido em favor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos determinados pelos Artigos 22 e 23 do Decreto Municipal 436/07 c/c Art. 20 da Lei Municipal nº 9.291/03.

Intime-se o representado para ciência e cumprimento da presente decisão. Publique-se.

THIAGO MOTA ROMERO

Diretor Executivo

PROCON-LD

DECISÃO Nº 180, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Processo Administrativo nº 222/2019

Fornecedor/Representado: BANCO CETELEM S.A.

Assunto: Prática infrativa/Aplicação de sanção.